

Parecer nº 135/98

Data: 1998.10.21

Processo nº 455

Requerente: Valente de Araujo

1. O Dr. Valente de Araújo, identificado no processo, requereu à CADA, com vista ao exercício do direito de impugnação, acesso ao processo disciplinar instaurado ao Director da Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, Dr. José Elmiro Teixeira da Rocha, onde aquele requerente também exerce funções.

Devido a conflito surgido entre eles, ambos esses funcionários apresentaram participação, um contra o outro, ao Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Alega o requerente que só ele, no entanto, foi penalizado em resultado do processo disciplinar que lhe foi instaurado, enquanto processo semelhante contra o referido director foi arquivado.

Não satisfeito com essa diferença de tratamento, procurou obter, junto do Director Regional da Cultura, da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, certidões do processo disciplinar instaurado contra o Dr. José Elmiro Teixeira da Rocha; todavia, só lhe terão sido “facultadas certidões das declarações por si prestadas e da decisão do processo disciplinar ...”, por se terem considerado os restantes como documentos nominativos, nos termos das alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 4º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA), por conterem “... apreciações e juízos de valor sobre a pessoa do arguido”, conforme lhe foi comunicado.

2. Do requerimento dirigido à CADA não consta referência a qualquer disposição da LADA, mas depreende-se que se pretende, com base nela, obter parecer favorável nos termos do seu artigo 8º.

Analizando o pedido, verifica-se que o requerente, sendo terceiro em relação a alguns documentos nominativos do processo disciplinar a que pretende aceder,

tem a qualidade de participante, o que legitima o seu interesse não só em conhecer a respectiva decisão final mas também todo o conteúdo desse processo, de forma a poder prosseguir, como pretende, a via impugnatória.

Efectivamente, os nºs 1 e 2 do artigo 46º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo DL nº 24/84, de 10 de Janeiro (EDF84), consagram, respectivamente, o direito de qualquer cidadão e o dever dos funcionários de participar infracção disciplinar de que tenham conhecimento.

Assiste ainda ao participante, nos termos do nº 2 do art. 69º do EDF84, o direito de ser notificado da decisão sobre a participação, quando o tenha requerido, e de dela interpor recurso hierárquico (art. 75º do mesmo diploma), o que implica necessariamente que lhe tenha de ser facultada a consulta disciplinar do processo, bem como a obtenção de fotocópias ou certidões de todas as suas peças.

Ora o Dr. Valente de Araújo, participante, requereu ser notificado da decisão do processo instaurado ao Dr. José Elmiro Teixeira da Rocha, assistindo-lhe por isso um interesse que justifica a forma de acesso pretendida.

3. O nº 2 do artigo 268º da CRP consagra o princípio da Administração Aberta que a LADA, com as alterações da Lei nº 8/95 de 29 de Março, regula estabelecendo alguns regimes de acesso em conformidade com a natureza dos documentos a que alude o seu artigo 4º.

No caso, os documentos pretendidos incluir-se-ão nas alíneas b) e c) desse artigo 4º, por se considerarem de natureza nominativa, visto conterem dados pessoais, ou seja, apreciações ou juízos de valor sobre pessoa identificada ou identificável ou serem abrangidos pela reserva da intimidade da vida privada.

Assim sendo, o acesso é, nos termos do nº 2 do artigo 7.º da LADA, “reservado à pessoa a quem os dados digam respeito e a terceiros que demonstrem interesse directo e pessoal”, nos termos do artigo 8º.

Este interesse directo e pessoal, para que possa ser reconhecido, “... deve ser acompanhado de parecer favorável da Comissão de Acesso aos Documentos

Administrativos, solicitado pelo terceiro que pretenda exercer o direito de acesso”, nos termos do nº 3 daquele artigo 8º, como se entende ser o caso.

Assim, na situação em causa o requerente pretende aceder a documentos que contêm dados relativos a um processo disciplinar, já arquivado, que foi instaurado, mercê de participação sua, ao Director da Biblioteca Pública e Arquivo da Horta; e, para o efeito, solicitou certidões desse processo, pelo que se depreende de ofício resposta produzido pelo Director Regional da Cultura, de que foi, por iniciativa do mesmo ora requerente, junta fotocópia ao presente processo.

Considerando, embora, que o citado processo disciplinar se desenvolveu contra o director citado em 1, o ora requerente, tal como anteriormente se referiu, tem interesse directo e pessoal no conhecimento de todas as peças desse processo disciplinar (não só às que determinaram o seu arquivamento como a todas as outras que eventualmente permitam fundamentar uma conclusão diversa), por, na qualidade de queixoso-participante, pretender impugnar a decisão que recaiu sobre tal processo.

Nestes termos e considerando ainda o disposto no artigo 20º, nº 1, alínea c), da LADA, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos emite parecer favorável ao acesso pelo Dr. Valente de Araújo a todas as peças do processo disciplinar instaurado ao Director da Biblioteca Pública e Arquivo da Horta, Dr. José Elmiro Teixeira da Rocha, com vista ao exercício do direito de impugnação da decisão nele proferida e com sujeição às condições impostas pelo nº 3 do artigo 10º da mesma LADA, (na redacção da citada Lei nº 8/95), que dispõe: “Os dados pessoais comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinaram o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais”.

Lisboa, 21 de Outubro de 1998

Francisco de Brito (Relator) - Vasco Almeida - José Renato Gonçalves - Gameiro dos Santos - Branca do Amaral - João Labescat- Castro Martins (Presidente).